

Posdictadura, Universidade pública, imaginação forense: Analía Gerbaudo e o arquivo que somos

191

Vinícius Ximenes¹

“Uma nova arquivista foi nomeada na cidade”

Começo com uma cena que voltou algumas vezes à imaginação enquanto escrevia: o professor, já mais de cinquenta anos, volta ao país depois de muito tempo em exílio, sem poder rever filho e filha, ambos assassinados pelas Forças de Estado durante a última ditadura militar. Faltando também dinheiro, se hospeda por algumas semanas na oficina da revista *Punto de Vista*. Apesar de tudo, chega ali entusiasmado, com ânimo para reconstruir uma posição, e leva pelos oito andares da escada do edifício a própria infraestrutura mínima: uma cama emprestada e pouco mais: “¡*Hermanita, allá vamos, como Cristo!*”. Relatado por Beatriz Sarlo e registrado em livro por Analía Gerbaudo (2016, p. 118, nota 10; p. 304), o episódio do retorno de David Viñas à Argentina em 1983 evidencia uma espécie de materialidade

¹ Doutorando em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa CAPES.

das práticas de ensino que poucas vezes é posta em primeiro plano, e que tento aqui, desde o começo, destacar.

Neste 2020 em que o Equipo Argentino de Antropología Forense completa 30 anos, o título deste livro de Gerbaudo, *Políticas de exhumación*, nos lembra que um discurso latino-americano contemporâneo dificilmente se enuncia separável dos trabalhos de escavação. É também ela, esta imaginação forense, que sustenta um frágil e ameaçado pacto democrático em torno da possibilidade dos direitos humanos. Com 30.000 vidas subtraídas pelo caminho, uma redemocratização que não se quisesse meramente formal teria de cultivar algum tipo responsabilidade com a *res pública*. Seria este um outro modo de dizer que há quem ensine em memória de pessoas desaparecidas? Como sabemos, o trabalho desta arqueologia - de um passado ainda muito presente - é contra as queimas de arquivo.

Ao ler esta convocação da *Landa* interessada em montagens de cenas de vida e sobrevivência, de alegria e resistência para além da melancolia (“dos fracassos, das mazelas e dos principismos”), comecei a tentar escrever uma resenha dos relatos de Gerbaudo. *Políticas de exhumación* considera as aulas de Literatura e Teoria Literária² no primeiro período (1984-86) de abertura democrática na Argentina, tempo que era percebido intensivamente como uma brecha de intervenção. Ali estava em jogo a possibilidade de institucionalizar um ímpeto latente por releituras da história que já vinham sendo ensaiadas coletivamente na clandestinidade. A escolha do subtítulo - “*Las clases de los críticos...*” - parece também nos incentivar a pensar que há *algo* na vocalização dessas posturas críticas; algo que singulariza as aulas das/os professoras/es escolhidas/os: Josefina Ludmer, Beatriz Sarlo, David Viñas, Jorge Panesi, Enrique Pezzoni. O que Gerbaudo nos propõe, então, é uma espécie de consideração arqueológica destas aulas e de suas condições de possibilidade. Recusando apresentar como auto evidente uma democracia ainda incipiente e assombrada pelos porões, ela argumenta que um dos modos de justificar o termo *posdictadura* (para caracterizar o período que se alargaria de 1984 até 2003, quando o governo de N. Kirchner suturaria ao menos alguns fios frouxos da anistia

² “Introdução à Literatura”, “Literatura Argentina I”, “Literatura Argentina II”, “Teoria e análise literária” e “Alguns aspectos de Teoria Literária” são os cursos comentados.

dos anos 1980) passa por ressaltar as marcas deixadas pela ditadura nas vidas das pessoas que ensinam e pesquisam na Universidade. A opção pela ambientação *posdictadura* tenta direcionar a atenção às microfísicas, as sombras que uma mudança de regime eleitoral não seria capaz de desarticular por decreto. Democracia, em contrapartida, valeria como uma ‘hipótese de marcha’, que se deixa entender mais por suas características “preventivas” e “voluntariosas”, mas que, na prática, não materializa a espessura deste período (até 2003). O *pós*, como de costume, não indica superação, mas tomada de consciência das continuidades e legados (2016, p. 105). Nas práticas de ensino, nas *práticas das posições teóricas*, há gestos éticos que raramente somos ensinados a ver (2016, p. 28).

A hipótese que se oferece é impactante: a depender do ponto de vista, a institucionalização dos estudos literários latino-americanos estaria, desde esse corte, no cerne de uma disputa (forense) pelos sentidos da história recente. Retomando um argumento de Graciela Montaldo (2014), Gerbaudo subscreve que a profissionalização da crítica argentina não se deu através de um recurso à cientificidade, como quiseram certas enunciações de teorias críticas ao longo do século XX. Seu estabelecimento deriva de um “trabalho transdisciplinar e de arquivo, que articulou a reflexão sobre a literatura no âmbito dos estudos da cultura” (2016, p. 52). As opções epistemológicas são decisões políticas. Era também desse modo que Josefina Ludmer concluía seu seminário em 1985, pondo em relevo que a literatura e a linguagem formam parte dos estudos sociais. O que Analía assim nos aponta, com elas, é que essa ênfase só será compreendida em densidade se levarmos em conta os encontros e as práticas ativistas de tais docentes no período da ditadura, à margem das garantias institucionais: em revistas (*Los libros, Punto de vista, Lecturas críticas, Literal*), editoras, cursos oferecidos em casa, grupos de estudo e tradução, ou seja, no que ela sugere pensar como um “trabalho coletivo de tráfico de teorias, de importações clandestinas” (2016, p. 76³), dando a ver assim um desejo de afirmação da vida; um desejo que se arriscava e que se transmitia nesta “contraofensiva para-universitária” (Gerbaudo, 2015a) às investidas

³ As traduções das citações do livro de Gerbaudo são minhas.

paramilitares (2016. p. 78). Aqui, Gerbaudo marca a necessidade de enxertar outros materiais no estudo sociológico do *campo*; variações na matriz de Pierre Bourdieu continuada por Giselle Sapiro, que coordena um amplo projeto internacional de pesquisa sobre a institucionalização dos estudos literários, do qual Gerbaudo participa. Tanto os materiais das atividades extra-oficiais e para-universitárias quanto as políticas de eliminação dos arquivos e a precariedade de sua manutenção (para o que contribuem com afincos os cortes orçamentários defendidos pelas ofensivas neoliberais) explicitam uma considerável diferença de pressupostos e expectativas de resultados em uma possível pesquisa relacionando educação e institucionalização das Letras em terras latino-americanas (2016, p. 66).

Sedição, edição, instituição

A história destes espaços remete antes a um episódio decorrente do decreto-lei que abolia a autonomia universitária em 1966, no início de uma primeira experiência de ditadura que, contrariada na ocupação da Universidad de Buenos Aires pelos estudantes, resolveu pela repressão policial: a "Noche de los Bastones Largos". O intolerável levou à saída conjunta - incluídos o reitor e todos os decanos - de uma série de docentes de cargos públicos, entre expulsões e demissões coletivas que interromperam um curto mas considerável período de sete anos de respeito e financiamento, que todavia já permitiam a atualização da reflexão teórica e algum desenvolvimento das atividades planejadas.⁴ Mobilizando diversos estudos (de Amelia Aguado, Judith Gociol, Hernán Invernizzi, Oscar Fernández, Mónica Bueno, Miguel Angel Taroncher e Susana Santos), assim como depoimentos de Sarlo, Montaldo e Adolfo Prieto, Gerbaudo nos conta que, com o respeito à autonomia universitária, o Instituto de Letras da Universidad de Rosario, por exemplo, conseguia naquele tempo reduzir seu vínculo de dependência com os quadros docentes da UBA. E nos mostra também que a Eudeba,

⁴ Poderíamos lembrar que no território desta república federativa, entre o primeiro de abril de 64 e treze de dezembro de 68, data da promulgação do ato institucional que tiraria das salas das universidades públicas uma grande quantidade de professoras e professores, houve um episódio semelhante de intervenção na autonomia universitária: em 65, na jovem Universidade de Brasília, materialização institucional do desejo de reformas educacionais discutidas nos anos anteriores, a exclusão de dois professores tem como efeito mais de duzentas demissões coletivas. Ver, a respeito, o capítulo inicial do livro de Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

editora da UBA fundada em 1958, era nada menos que a maior editora universitária do mundo em 1966, com estandes e quiosques espalhados por diversos cantos (incluindo estações de trem e metrô, ruas e até hospitais) do país e do continente, difundindo a produção literária e universitária a preços populares. O persuasivo trecho que Gerbaudo seleciona na carta de renúncia de seu diretor, Boris Spivacow, merece ser repercutido:

Durante ocho años un libro costó menos que un kilo de pan, menos que un atado de cigarrillos, menos que una botella de vino común. Durante ocho años miles de ojos vieron por primera vez partituras y dibujos que los maravillaron. Durante ocho años el pueblo argentino se sintió orgulloso de sus escritores, artistas, de sus pensadores ¿cómo pudo surgir y desarrollarse lo que para todo el país y para todo el mundo fue un fenómeno cultural sin precedentes? (...) Porque fue el producto de una universidad nueva, sin cuello duro, de una Universidad abierta a todos los vientos y puesta al servicio de todo el país. Hoy esa Universidad no existe. Sus profesores han sido golpeados y humillados, sus estudiantes apaleados, cerradas sus aulas y laboratorios (FERNÁNDEZ, 2006, p. 53).

195

O desmantelamento da universidade reformista (seguido pela “fuga de cérebros”) não terminaria cedo. No entre-tempo 1973-1976 há uma entusiasmada reabertura democrática, período da chamada “universidad montonera” ou “primavera camporista”, que logo é cortada pela raiz com um novo golpe, este ainda mais destrutivo do ponto de vista da reestruturação da produção de conhecimento. No decurso posterior a 1976, com o “*Proceso de Reorganización*”, a editora da UBA sofre sucessivas censuras e sabotagens: foram excluídos livros hoje clássicos da literatura argentina, como *Zama*, de Di Benedetto, e *O Túnel*, de Sabato. Mas àquela altura a experiência inicial já se prolongava fora dali, no Centro Editor de América Latina (CEAL), fundado pela mesma equipe desalojada do serviço público. Se a diferença no regime de capitalização levava a outros efeitos de mercado, não deixaram de ocupar uma posição para-Estatal de incentivo à circulação do pensamento, organizando no cotidiano algo como um “polo cultural e de formação alternativo”, um espaço afetivo - às que ali trabalharam - de encontros e aprendizado, “*la escuelita*” (2016, p. 86).

Tendo isso em vista, Gerbaudo sugere que uma reflexão sobre a retomada do ensino de literatura e teoria na Universidade pós-1984 solicita cautelosas avaliações desta transição, das derivas dessas atividades parauniversitárias nas vias institucionais, dos traumas e vestígios do

terrorismo de Estado; e a isso se acrescentam as promessas de projetos econômicos de distribuição de renda e oportunidade, de participação cidadã e de justiça reparadora. Para ela, há uma incontornável correlação entre políticas econômicas, políticas de direitos humanos, de educação, cultura e ciência, e interessa pensar os diferentes agenciamentos desta desejada composição nas práticas de ensino, em seu *tom*, em sua afetação, em seus *corpus* e bibliografias. Pois aquele otimismo inicial, que corresponde aos anos dos cursos e seminários exumados, seria logo seguido pela frustração, pelo declínio de credibilidade das instituições, por mais um *desdibujamiento institucional* (2016, p. 98) - que aqui temos chamado *desmonte*.

*

Como restituir um retrato do momento *entusiasmado* da brecha ocupada em 1984? A posição de leitura que se implica nesta interrogação busca um conhecimento refratado na perspectiva de uma democracia porvir, que nos “impede de descansar na boa consciência do dever cumprido”. Desse modo, Gerbaudo inscreve seu relato numa tensão “entre a reconstrução e a projeção” (2016, p. 103-104). E é também neste *tom menor*, não celebratório, que se lerão as aulas exumadas: como ações que se enfocam desde a posição de um desejo, mais que de uma conquista; na projeção imaginada, mais que no resultado; na busca. Uma professora propõe, sugere, instiga, mas quem decide, contra qualquer ilusão de normalização totalizadora, é quem escuta: “o destinatário sempre em parte desconhecido de nossos envios, o que herda, fiel porque infiel” (2016, p. 107-8).

Assim, se a arqueologia trabalha na contramão das queimas de arquivo, as *Políticas de exhumación* tentarão montar um arquivo mostrando-se conscientes da ambivalência do gesto, como algo que se instaura em ruptura, mas que dali em diante se conservará. Investigando as condições de possibilidade de uma prática de ensino que desejou estar à altura das exigências de democracia, o título de sua pesquisa - ao menos em minha leitura - joga os holofotes para sua importante recuperação dos encontros na “*universidad subterránea*”, também chamada “*universidad de las catacumbas*”, de Josefina Ludmer; e acredito que para nós aqui no Brasil

esse foco seja especialmente interessante, considerando que Ludmer tem sido confrontada majoritariamente por causa de suas provocações sobre a pós-autonomia⁵, embora tenha tido todos os seus 5 livros traduzidos ao português.⁶ A exceção entre as publicações traduzidas é precisamente um material com que Gerbaudo trabalha: a recente compilação das transcrições de seu Seminário de 1985 (“Algunos problemas de Teoría Literaria”) - com organização e ótimo prólogo de Annick Louis - publicada na Argentina em 2015, um ano antes de sua morte.

Quando Verónica Gago entrevista Ludmer à *Página12*, já em 2016 (sua última entrevista?), celebra essa edição e convida a lermos as aulas transcritas junto de um número especial da revista *Grumo*⁷ organizado por Nora Dominguez e Álvaro Fernández Bravo, que reúne os depoimentos apresentados em um reencontro (uma “festa pública”) na faculdade de Filosofia e Letras, em que falaram ex-alunas e amigos que presenciaram aqueles cursos de 1984-5, ou os grupos anteriores na casa de Ludmer, situando-os ambos como encontros divisores de águas em suas trajetórias de vida. Comemoravam-se, assim, os 30 anos dos tais “míticos” seminários, em que 700 pessoas se apertaram para ouvir algumas palavras sobre outros *modos de ler* (GERBAUDO, 2011; 2015b). O que as *Políticas de exhumación* nos mostram é que essas celebradas aulas se gestaram em condições inseguras e precárias, nas leituras e movimentações intelectuais feitas sob ditadura.

Interessante notarmos também que, na entrevista com Gago, à pergunta sobre o que vinha escrevendo naquele momento, Ludmer respondia com uma cena de sala de aula, atualizando a importância do gesto de Gerbaudo:

Se me ocurrió una cosa autobiográfica; pero no una autobiografía, sino escenas autobiográficas. Por ejemplo narro cuando estoy en una clase de David Viñas, él se agita, va de un lado a otro. Narro cuando mi papá me llevaba de la mano a una biblioteca popular que él dirigía y yo corro por esas paredes llenas de bibliotecas, con mosaicos grandes. No es una

⁵ Ver, por exemplo, a seção dedicada a elas no segundo número desta *Revista Landa*, de 2013.

⁶ Além dos livros, temos disponível também um compilado de *Intervenções críticas* (2014), incluindo textos de revistas, entrevistas e conferências: ali, sobretudo em uma entrevista, se pode entrever um pouco de sua experiência de entradas e saídas da institucionalidade.

⁷ Disponível em: <https://www.salagrupo.com/archivo>

autobiografía de adulta, sino de infancia, de adolescencia y culmina con quien yo llamo mi maestro, con Viñas, ahí se cierra. Pero aun no se si está publicable (LUDMER, 2016).

Pedagogia e arquivo: abstrações, interpelações, extrações

Dizia que as *Políticas de exhumación* tentam montar um arquivo ético mostrando-se conscientes da ambivalência do gesto, e não é irrelevante que Gerbaudo, para situar seu problema de pesquisa, apoie-se teoricamente em Jacques Derrida, disparador de reflexões agudas sobre os pressupostos da Universidade, a justiça e o arquivo. Desde esta opção por compartilhar um pensamento que vincula o espaço da Universidade a um direito incondicional de discutir publicamente as verdades - um espaço análogo ao de uma estranha Instituição literária, em que se pode fazer uma experiência desativada das teses -, parece haver, da parte dessa arqueologia latino-americana, uma recusa a pressupor que as figuras docentes sejam incapazes de escolher os melhores caminhos possíveis para apresentar aquilo que desejam. Há aí um ponto sensível da pedagogia, sobre o qual a simples imagem possível de uma sala com 700 pessoas dispostas a assistir a um Seminário de Teoria Literária causa um saudável estranhamento. Nos campus de Humanas, conhecemos bem as inúmeras acusações de hermetismo ou academicismo, de discursos inacessíveis que falam para um grupo seletivo. O gesto é recorrente; talvez até mesmo constitutivo de uma experiência de universidade contemporânea que se queira pública em um sentido forte: “a quem seu trabalho serve?”, perguntavam jovens maoístas que invadiam as aulas do Centro Universitário Experimental de Vincennes, inaugurado após o convulsivo maio de 1968.⁸ Podemos, eventualmente, ponderar que esse tipo de resposta não é exigido de um trabalho em Física ou em Química, mas sem dúvida são perguntas importantes, que nos interpelam e movem a discursividade das ficções críticas e ficções teóricas. Porém, podemos também argumentar ressaltando como cobranças desse tipo recorrem a uma certa urgência de aplicabilidade prática do pensamento, que diminui tendencialmente a validade de qualquer ensino *defasado* no tempo. A urgência da aplicação não deixa de dar força social às chantagens de um modo de produção que deseja reproduzir apenas as necessidades

⁸ Para um relato de experiências docentes em Vincennes, ver Soulié (2014).

administrativas das corporações, tanto em seu menosprezo financeiro das atividades especulativas e metateóricas quanto em sua prática neoextrativista alinhada à expansão biopolítica do capitalismo⁹ que especula sobre o valor destas *mesmas* atividades menosprezadas, pondo-as a competir por um lugar de visibilidade em seu regime acelerado de publicação de resultados de pesquisa pautado pela quantificação.

Diante desse quadro, quando a Universidade pública é explicitamente posta como concorrente de outras instituições na folha de financiamento do Estado empresarial¹⁰, a questão que se recoloca por outras vias na pesquisa de Gerbaudo, então, é a de *como* entender a produção de um *conhecimento público* - nesse caso, através da literatura. O que nos dizem os arquivos das Universidades? Ao escavar e reciclar esses mínimos “objetos em estado de perda potencial” (2016, p. 41), essas escritas desvalorizadas, em vias de decomposição, tantas vezes amassadas e ocultas, como os Programas e Ementas, *corpus* de cursos e seminários, a pesquisadora forense nos permite ver com outros olhos o que pode haver de mais generoso na cautela dessa atividade propositiva; propositiva *apesar* dos crimes de Estado e de suas marcas: os indícios da produção pública de um conhecimento público. Aqui, o gesto de instituir um arquivo a partir das exumações testemunha a favor da pedagogia, que se revela parte da *imaginação pública*. Pois seja no âmbito das disputas discursivas, seja no informe das conversas de bar, o tempo todo estamos traduzindo conceitos e ideias que foram codificadas em outros registros linguísticos, com as palavras e a sintaxe que a pessoa que as apresentou considerava mais apropriadas dentro do seu possível naquele momento. Logo, outra pessoa, leitora, recolocou essa ideia em outros agenciamentos discursivos. A alteração gerou efeitos de diferença e nos acessou, nos afetou, nos convocou. E assim como essa cena pragmática e comum, o relato das *Políticas de exhumación*, dirigido à Universidade de 2020, nos instiga a pensar se a postura um pouco intransigente, conforme exige uma articulação discursiva feita em suposta linguagem universal, voluntarista, perfeitamente popular e potencialmente acessível a todas e todos, além de propagar mono-

⁹ Ver, por exemplo, Pasquinelli (2015).

¹⁰ Ver, por exemplo, as reflexões do ex-reitor da UFRJ, Roberto Leher (2019).

tipificações de um popular que as etnografias sempre nos mostram ser radicalmente múltiplo (e tantas vezes aristocrático), não reproduz involuntariamente uma negação desse princípio de tradutibilidade, apegada, talvez - e faça essa colocação com cautela, pois acredito que as motivações da recusa costumam ser legítimas e geram deslocamentos importantes - a uma espécie de idealização dos modos de transmissão.

O que Gerbaudo parece nos dizer, em suma, é que a ênfase em uma pedagogia pautada pela aplicabilidade impossibilita uma melhor compreensão da circulação “incontrolável e incalculável” (2016, p. 85) de certas práticas discursivas e objetos textuais, certos pensamentos e certas transformações dos pontos de vista teóricos. Porém, há outras pedagogias possíveis¹¹. A aporia é parte da experiência de aprendizado, e é através dos relatos sobre os efeitos do ensino que Gerbaudo nos ajuda a *deslocar* esse impasse. Se a perspectiva *posdictadura* nos convoca a assumir com todas as letras as implicações políticas da epistemologia dos estudos sociais, a companhia eletiva de Derrida vem tentar nos convencer que quanto menos ansiosa for a temporalidade dessa relação, mais ela encontrará durante a exumação. É também este desejo de uma temporalidade alargada que a pesquisa “forense” de Gerbaudo traz à superfície: traçando uma rede de relações diretas e indiretas, sem resistência à empiria, sua escavação presta um tributo ao trabalho coletivo de tradução e cooperação reflexiva que existe em paralelo às polêmicas críticas, dobrando a aposta na importância do ensino público de teoria.

Nada disso está desvinculado de uma posição de leitura singular, como ela nos conta na abertura do livro. Vindo de um pequeno *pueblo*, sem grande bagagem, pertencendo à geração beneficiada pela expansão do ensino público, Analía - uma inquieta leitora de Bourdieu - dificilmente conseguiria desconsiderar, penso eu, a força sociológica que motiva esses questionamentos acerca da reprodução das desigualdades: é justamente pensando e pesando essa força, com responsabilidade, que ela me parece ressituar de um modo especialmente bonito e instigante a relação de co-implicação entre teoria e prática, apontando às “práticas de posições

¹¹ Uma ótima reflexão também nesse sentido encontra-se em Luciana di Leone (2018).

teóricas”. Mobilizando Derrida para pensar o arquivo, conjugando uma quantidade muito consistente de materiais de história intelectual e sociologia da literatura, Gerbaudo faz - poderíamos dizer assim, com Daniel Link (2015) - uma espécie de leitura pós-filológica do arquivo. Ela encara os papéis e áudios - documentos e artefatos - buscando o que neles ainda vive e se dissemina: pequenas intencionalidades e efeitos por-*vir*, desejos que uma leitura de matriz positivista sequer consideraria possíveis. Efeitos que, a médio prazo, como ela nos conta, configuraram (e seguem energizando) inúmeras práticas de ensino e linhas de pesquisa em diversas instituições de educação superior em todo o território argentino (e latino-americano). Ficamos, então, com a sugestão de que um posicionamento teórico é sempre uma prática: assim situada, sua posição de leitura consegue afastar tanto o “aplicacionismo” quanto o “teoricismo”, que perdem de vista “o lugar potenciador da teoria na leitura, na conversação crítica, na investigação e nas decisões didáticas” (2016, p. 27).

201

La universidad desconocida: ensino e imaginação pública

Em 1981, Viñas publica um ensaio na revista de Sartre, em dossiê sobre uma Argentina “entre populismo e militarismo”, falando da sincronia latino-americana: uma hipótese política, um diagrama ou dispositivo que nos propunha pensar em conjunto o genocídio dos povos ameríndios e as desapareções durante as ditaduras, antecipando o que retomaria em seu livro do ano seguinte, *Índios, ejército y frontera*. É depois dessa publicação que Viñas retorna. Dele também fica a reflexão sobre um sentido *forte* de exílio (2016, p. 131). A cena que escolhi para abrir este texto me parece suficiente para indicar o que estava em jogo nesta experiência: deslocamento e desapropriação radicais, perdas irreparáveis, reconfigurações totais das condições de existência. O que se aprendia com Viñas era, entre outras coisas, a deselegância em romantizar o exílio, talvez. O professor ainda se destacava por propor um programa de “Literatura Argentina I” que contava com apenas um livro: a contrapelo de todo o cânone e do *habitus* cristalizado nas cátedras do período militar, tratava-se de tentar ler toda a história da (literatura) argentina à luz de uma única composição.

Gerbaudo destaca a importância da aula como relato e a tarefa do crítico como compositor de uma biografia da literatura, que será igualmente sua autobiografia: para Pezzoni, esta será a história de seus *modos de acesso*, a *cartografia dos rumos* que o levam a encontrar ou produzir este ou aquele sentido (2016, p.229). Uma lembrança trazida de Tamara Kamenszain sobre a leitura do mais conhecido poema de Cesar Vallejo feita por Pezzoni é, nesse sentido, exemplar: contra a autonomia do poema, ele exalta “um sujeito que se mostra como puro interstício, nessa espetacular contradição entre o impessoal ‘hay’ e o pessoal ‘yo no sé’” (2016, p. 235). Pezzoni insiste na distinção entre teoria, crítica e análise, como “modos diferentes de perceber, receber e produzir isso que se chama literatura”. Seriam “paradigmas paralelos” coexistindo: modos de recortar o objeto. O que se busca, com essa separação - e o programa de um de seus cursos é um bom exemplo: ler um mesmo conto de Borges desde o ponto de vista da teoria da recepção, da teoria da enunciação, da teoria dos gêneros, depois da psicanálise - é não dar por certo que um determinado modo de ler a literatura defina a literatura. As aulas servem para instigar a problematizar os modos de atribuir sentidos ao corpus ou ao texto lido (2016, p. 251). O relato de Alberto Giordano sobre o professor também mostra esse percurso: é a teoria que tenta conduzir até sua necessária desapareição, permitindo um diálogo da literatura consigo mesma (2016, p. 253).

Gerbaudo considera curioso, então, o fato de “a reflexão sistemática sobre textos críticos e teóricos”, que cria a novidade dessas cátedras em 1984, quatro anos depois, aos olhos de Pezzoni, parecerem um “vício” em teoria. Ali, incentivava-se ir às leituras teóricas com o mesmo entusiasmo, desejo e gozo com que se vai às literaturas; e isso talvez nos ajude a entender a possibilidade de que, “para muitos estudantes da UBA nos anos oitenta, a Teoria fosse algo mais que Teoria” (2016, p. 229). Também nesse sentido, o Seminário de Ludmer apostava em uma distinção *de escala* entre crítica e teoria: a crítica sempre pressupõe uma teoria. Tratava-se ali de fornecer uma “biblioteca de teoria à qual recorrer para buscar como outros entraram nos textos, que problemas se colocaram”, etc (2016, p. 222). O ponto de partida, político, é que “na sociedade se enfrentam *modos de ler*” e que a “interpretação é também uma luta política”. Reintroduzir a política

como elemento central do campo literário, pensar a *posição* tomada para interpretar, decidir se quem lê se posiciona na rua, na universidade ou em casa; *experimentar posições imaginárias de leitura*; investigar as ferramentas usadas; tudo isso, sustenta Gerbaudo, implica uma “intervenção ativa” de Ludmer na cultura argentina.

Ludmer ressalta a conjuntura frágil e as condições precárias de produção de conhecimento, propondo pensar “um território de ação que inclui a instabilidade institucional como parte da estrutura de trabalho, e não como acidente” (2016, p. 203). No curso de 1985, convidou diversas pessoas que trabalhavam com teoria da literatura e que estavam nos arredores de Buenos Aires para apresentarem suas perspectivas sobre a teoria, tendo uma interessante divergência com Walter Mignolo sobre a produção de conhecimento na periferia, que Gerbaudo destaca. Não menos importante é a centralidade de sua cátedra na convocação da escrita, o “vaivém entre ideia e escrita”, para esvaír a possibilidade do “aplicacionismo”. Suas reflexões sobre o método e a montagem, que seriam vistas no livro que ela então preparava - *O gênero gauchesco*, publicado em 1988 - desembocavam no incentivo à materialidade da criação e à ficção crítica. Se pensarmos que Alan Pauls e Ricardo Piglia estavam próximos de Ludmer, podemos vislumbrar, aí, como a literatura argentina deste período testa um modo de ler em que a imaginação forense, Universidade e imaginação pública se aproximam.

*

Retomando um artigo pioneiro de Claudia Caisso e Nicolás Rosa publicado numa revista de Montreal, em 1987, um dos argumentos centrais de *Políticas de exhumación* é que os exílios e a clandestinidade forçaram um contato com outros centros de ensino e pesquisa, outras bibliografias, protocolos e metodologias que - uma vez levadas às Universidades durante a redemocratização - produziram inovações na institucionalização dos estudos (2016, p. 69) e na agenda de ensino (2016, p. 170; 290). Os obstáculos para um maior alcance dessa redefinição nos são familiares: falta de conexão entre resultados de investigação e tomada de decisões educativas nos Ministérios; cisão entre os diferentes níveis de educação formal; dificuldade

para participar dos circuitos de circulação de informação. Falamos de uma era pré-internet, mas também da extensão geográfica, das persistentes desigualdades nas condições de acesso aos espaços e no grau de prestígio dos diferentes letramentos coexistentes. Porém, apesar dos sucessivos cortes e contingenciamentos, marcas administrativas da governamentalidade que nos acostumamos a chamar de neoliberal, a expansão e democratização do ensino alcançaram, na Argentina, 30 anos de relativa estabilidade, e o diagnóstico de Gerbaudo considerava ser tempo para um balanço, tentando restituir algo do fervor daquela usina teórica, agora que tais gestos epistemofílicos já se tornaram um tanto domesticados pela reprodução institucional.

O resultado de sua extensa investigação, como tenho tentado mostrar, subscreve e se implica em um processo de subjetivação público: a teoria se expõe como uma prática relacional, comprometida com o funcionalismo público, mas sobretudo - eu diria - com a *imaginação constituinte*. Essa perspectiva considera que o ensino se relaciona não apenas com a cidadania, mas com a abertura de um público. Considera que os modos de ler levam a formas de ação: ler é ler um texto, ler a história, ler a lei e a legitimidade, um autor e uma autoridade. Pensar tática e estratégia. A simples substituição do método de avaliação de um curso, passado de uma prova oral a uma prática de escrita paciente (defasada, com prazo estendido) já é uma forma de intervir no aprendizado. E essa defasagem, de especial importância para Gerbaudo, como vimos, testemunha contra a chantagem do produtivismo.

Já perto do fim do livro (2016, p. 295-6, nota 4), ela menciona um recente comentário de Daniel Link a uma declaração do arcebispo de La Plata, no jornal *Clarín*, contra '*ciertos sedicentes pedagogos*' que constituiriam um perigo comparável ao dos traficantes de drogas. Ali, dizia Link, a pedagogia estava posta novamente no pedestal que ocupava entre os gregos antigos: mal remunerada, sem reconhecimento social e emocionalmente destrutiva. Porém, segundo ele, se bem vista, é mesmo na política cultural que a tarefa docente encontra seu fundamento: a opção por *viver como estudante*, o tráfico de ideias e hipóteses, tudo isso - volto agora ao argumento de Gerbaudo - poderia nos levar a reconsiderar desde outro

ponto de vista a oposição docente às políticas culturais da ditadura e as novas linhas de investigação que dali surgiram, tendo um efeito indireto “na conformação e na consolidação de uma posição teórica, epistemológica, política e ética que, por sua vez, modela os objetos de investigação e de ensino” (2016, p. 306) criados por cada um dos “herdeiros” daqueles cursos, entre os quais incluem-se o próprio Daniel Link, Annick Louis, Ana Porrúa, Alberto Giordano, Miguel Dalmaroni.

Assim, em sua restituição do ímpeto de institucionalização das pesquisas com a literatura na *posdictadura*, o que as *Políticas de exhumación* colocam como diferencial é também o *tom*: são os modos de ocupar, em sala de aula, a palavra oral e a linguagem conceitual, a pedagogia, a proposição de encontros com a literatura e com a teoria. Micropolíticas que buscam propor outras possibilidades de subjetivação coletiva, e que Gerbaudo chama - com Avital Ronell - de ‘fantasias de nano-intervenção’. São frágeis tentativas de convocação; não mais que isso. As nano-intervenções solicitam uma recepção acolhedora. Pois se a posição docente do *Homo academicus* é - desde muitos pontos de vista - uma posição de poder e autoridade, ela é igualmente, nos trópicos, uma posição sob constante desvalorização pelos gestos que acusam sua irrelevância.

205

Os fins da Universidade

Gerbaudo ressalta que a “ostensiva preocupação” por interrogar, a cada aula, se as teorias ensinadas e usadas ajudam a praticar melhores leituras, ecoa a cultura francesa do pós-1968, quando as “transformações do campo de investigação das ciências sociais e humanas têm sua usina central em Paris” (2016, p. 308). Seu resgate arqueológico teria sido anunciado por Sarlo: “Algum dia se escreverá esta história de adoções e empréstimos” - dizia ela - e este trabalho ajudaria a “expor as razões (teóricas) para cada ação que se realiza em uma aula” (2016, p. 315-6). Seu livro nos deixa com questões muito instigantes, como: “O que é necessário saber *para poder eleger* como ler?” (2016, p. 309). E sugere respostas situadas, implicadas, como essa:

Acredito que uma boa formação em teoria e crítica coopera na gestão de melhores relatos, de aulas com mais possibilidades de “contagiar um entusiasmo” nos alunos pela leitura literária (espero poder ter

demonstrado como a tradução deste saber em práticas permitiu desenvolver aulas imaginativas de literatura na universidade pública do pós-ditadura) (2016, p. 310)

Volto então uma última vez à analogia da exumação, pensando-a agora para além da antropologia forense enquanto marco democrático e crivo mínimo de uma comunidade por vir que não queira normalizar o extermínio das dissidências. Acredito ser notável que Gerbaudo mencione - no 2016 em que o livro sai a público - a Megamineração a céu aberto. Essa menção não favorece que ignoremos que neste ano de 2020, que será lembrado pela experiência de quarentena diante de uma pandemia, as ruas das províncias de Chubut e Neuquen estiveram cheias de pessoas dizendo *No a la mina*. Se a prática de ensino ensaiada nas salas de aula - nos laboratórios desta usina teórica - nos sugeria que os modos de ler propõem (*literalmente*) formas de ação - e penso aqui, agora, no exemplo de Sarlo: o de uma pedagogia que não obriga, não extrai -, acredito ser possível sugerir que este livro, enquanto ponto nodal de todo o lindo projeto de pesquisa de Gerbaudo, propõe pensar as políticas de exumação como um exato oposto do extrativismo: são arqueologias que escavam os restos potencialmente constituintes de um outro modo de ler - na vizinhança das arqui-filologias latinoamericanas de Raúl Antelo (2015), compartilhando com ele o rigor metodológico e cuidadoso na exposição da “exumação de arquivos” e da “atualização teórica”, como diz ela mesma em resenha aos livros oriundos de um encontro de grupos de pesquisa sob “consultoria” de Antelo, publicados pela editora Iluminuras. São arqueologias de uma prática da literatura que reescreve a(s) história(s) nacional(is) conforme relê a terra como arquivo, e as de uma ficção crítica que aduba o arquivo letrado como um terreno orgânico e perecível.

“A universidade pública tem quem a escreva”, dizia Silvana Santucci em sua resenha a *Políticas de exhumación*¹². Compartilhando o gesto, a pesquisa de Gerbaudo nos instiga a conhecermos um pouco melhor a história do território em que nos inscrevemos institucionalmente - *onde* e *como* nos inserimos, em responsabilidade, num percurso de Institutos de Letras atravessados pelas sucessivas rupturas que marcam a história deste

¹² Disponível em: <http://www.bazaramericano.com/resenas.php?cod=673&pdf=si>

continente habituado aos golpes de Estado e às descontinuidades epistêmicas.¹³ Nestes espaços, nos lembra ela, realizamos um trabalho com conceitos em disputa, abertos, mesmo os mais básicos: “Literatura”, “Teoria literária”, “Pesquisa”, “Universidade” (2016, p. 29). Diferentes modos de ocupar esses conceitos implicarão diferentes modos de praticar uma vida-em-estudo. E querendo ou não, no que segue, somos parte de um coletivo que, em cada ação e omissão, “contribui para definir o sentido”, sempre social, de cada um deles.

¹³ Alguns trabalhos que ajudam a pensar essa institucionalização das pedagogias de leitura vinculadas à epistemologia histórica, nas universidades brasileiras: Silviano Santiago (1990), Eneida Maria de Souza (1996), Italo Moriconi (2002), Jorge Wolff (2001, 2016), Raquel Lima (2010), Jefferson Mello (2014).

REFERÊNCIAS

ANTELO, Raúl. *Archifilologias latinoamericanas: Lecturas tras el agotamiento*. Villa María: EDUVIM, 2015.

CAISSO, Claudia & ROSA, Nicolás. "De la constitution clandestine d'un nouvel objet (Argentine)", *Études françaises*, Montreal, v. 23, n. 1-2, p. 249-65, 1987.

DI LEONE, Luciana. "Não entender: o canteiro de obras. A pedagogia (im)possível", *Boletim de pesquisa - NELIC*, v. 18, n. 29, p. 71-84, 2018.

GAGO, Verónica. "La profesora". Entrevista de V. Gago a J. Ludmer. *Las 12*. 15/04/2016. Disponível em: pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-10503-2016-04-15.html. Acesso em: 4-12-2020.

FERNÁNDEZ, Óscar. "Eudeba: el papel del Estado en la edición de libros en la Argentina". In: BUENO, Mónica; TARONCHER, Miguel Ángel (coord.). *Centro Editor de América Latina. Capítulos para una historia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006, p. 53.

GERBAUDO, Analía. "Poscrítica y teoría literaria en América del Sur: apuntes a propósito de una obra", *Boletim de pesquisa - NELIC*, n. 12/13, 2008.

_____. "Al margen de las garantías disciplinares, Josefina Ludmer", *Katatay*, Buenos Aires, n. 9, p. 83-93, 2011.

_____. "Funciones y sentidos de la Teoría literaria. Una conversación entre Josefina Ludmer y Walter Mignolo", *Badebec - Revista del Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria*, n. 5, p. 155- 183, 2013.

_____. "La contraofensiva parauniversitaria durante la última dictadura argentina: el caso de Lecturas críticas", *Iberoamericana*, n. 58, p. 101-121, 2015a.

_____. "Algo más sobre un mítico Seminario (usina teórica de la universidad argentina de la posdictadura)", *452°F: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada*, n. 12, p. 132-152, 2015b.

_____. *Políticas de exhumación: las clases de los críticos en la universidad argentina de la posdictadura 1984-1986*. Santa Fe: Ediciones UNL; Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

_____. "Sobre: O duplo estado da poesia. Modernidade e contemporaneidade; Alteridades na poesia. Riscos, aberturas, sobrevivências y Linhas de fuga. Poesia, modernidade e contemporaneidade", *El taco en la brea*, n. 6, p. 350-55, 2017.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LIMA, Rachel. "A resistência à empiria", *Aletria*, n. 20, p. 25-33, 2010.

LINK, Daniel. *Suturas. Imágenes, escritura, vida*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2015.

LUDMER, Josefina. *Intervenções críticas*. Compilado por Teresa Arijón e Bárbara Belloc; Trad. Ariadne Costa e Renato Rezende. Rio de Janeiro: Azougue: Circuito, 2014.

_____. *Clases 1985. Algunos Problemas de Teoría Literaria*. Edición y prólogo Annick Louis. Buenos Aires: Paidós, 2015.

_____. “La Profesora”. [Entrevista cedida a] Veronica Gago, *Página12*, Buenos Aires, 2016. Disponível em: pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-10503-2016-04-15.html. Acesso em: 03-05-2020

MELLO, Jefferson. “Uma associação itinerante”, *Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 44, p. 37-63, 2014.

MONTALDO, Graciela. “Teoría en fuga”, *El taco en la brea*, n. 1, p. 262-276, 2014.

MORICONI, Italo. “Horizontes formativos, lugares de fala: Antonio Candido e a pedagogia do poema”, *Gragoatá*, Niterói, n. 12, p. 47-62, 2002.

PASQUINELLI, Matteo. "Capitalismo Maquínico e Mais Valia de Rede: notas sobre a economia política da máquina de Turing". *Lugar Comum*, n. 39, p. 13-36, 2013.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *As Universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

209

SOULIÉ, Charles. “Uma tentativa de democratização universitária na França: história da universidade de Paris VIII Vincennes (1968-1980)”. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 29, 2014, p. 42-70.

SANTIAGO, Silviano. “El estado actual de los estudios literarios en Brasil”, *Hispanamérica*, California, n. 56/7, p. 47-56, 1990.

SOUZA, Eneida Maria de. *Tempo de pós-crítica*. Belo Horizonte: NAPq/FALE/UFMG, p. 30-65, 1994.

WOLFF, Jorge. *Telquelismos latino-americanos: a teoria crítica francesa no entre-lugar dos trópicos*. Tese de Doutorado (Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

_____. *Telquelismos latinoamericanos: a teoria crítica francesa no entre-lugar dos trópicos*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2016.

Resumo: Este artigo se desdobra a partir de uma leitura do livro que condensa um extenso projeto de pesquisa de Analía Gerbaudo, *Políticas de exhumación*. Las clases de los críticos en la universidad argentina de la posdictadura (1984-1986), publicado em 2016 em uma parceria entre as editoras da Universidad do Litoral e da Universidad Nacional de General Sarmiento. Gerbaudo considera a institucionalização dos estudos literários e o trabalho de enunciação na universidade pública em uma perspectiva (*posdictadura*) que busca destacar marcas e resíduos das práticas ditatoriais, não apenas em um modo de produção de conhecimento atravessado pela ruptura institucional, mas também em *modos de ler* que foram ensaiados na clandestinidade, num conjunto de iniciativas editoriais, revistas, traduções informais e grupos de estudo para universitários, que depois foram levados aos cursos de Literatura e Teoria na Universidad de Buenos Aires pós-1984. Ao seguir depoimentos sobre os efeitos destes encontros e aulas, que recebiam públicos de até 700 pessoas, tento ressaltar como Gerbaudo compartilha uma reflexão sobre a possível transmissão de um entusiasmo, articulando a pedagogia de uma memória coletiva a partir do tom, da importância dos relatos e do incentivo à escrita. Tento também considerar como sua pesquisa, próxima à perspectiva de Jacques Derrida que aproxima “Instituição Literatura” e “Instituição Universidade”, nos instiga a posicionar uma relação entre ambas no cerne da disputa pela imaginação pública.

Palavras-chave: Universidade pública; Pedagogia; Imaginação pública; Pós-ditadura

Abstract: This essay moves around the reading of a book by Analía Gerbaudo entitled *Exhumation politics*. Critics classes in the argentinian university of the post-dictatorship (1984-1986). The research considers both the institutionalization of literary studies and the enunciative gestures in a public university from a perspective (*posdictadura*) that tries to point to residual marks of the dictatorial practices, not only in a mode of knowledge production crossed by institutional ruptures, but also in other *modes of reading* that were rehearsed in clandestine spaces - a bunch of editorial initiatives, magazines, publishers, infra-legal translations and groups of study, that were later reincorporated in the courses of Literature and Theory at the Universidad de Buenos Aires, after 1984. Following testimonials and effects of these meetings and classes, that were eventually seen by 700 people, I try to show how she shares an hypothesis around transmission of a collective memory, arguing on the relevance of narratives and of writing practices. I also try to consider how Gerbaudo's research, by sharing Jacques Derrida's perspectives on University and Literature, drives us to think on a possible relation of both, positioned in the center of the arguments around public imagination.

Keywords: Public university; public imagination; pedagogy; postdictatorship

Recebido em: 01/09/2020

Accito em: 09/10/2020